



Governo apresenta plano de combate à fraude e evasão fiscal

O documento será publicado nos próximos dias

O combate à fraude e à evasão fiscal foi apresentado como uma das prioridades do governo. Porém, alguns fiscalistas afirmam que o executivo está mais preocupado com o sector privado que com o público.

Algumas das medidas a adoptar já foram anunciadas pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Nuncio, durante o II Fórum da Fiscalidade, organizado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e pelo "Diário Económico" e que decorreu no final de Outubro, no Porto.

"O governo será implacável" no combate a este crime, afirmou Paulo Nuncio, acrescentando que "está a ser preparado um plano estratégico para 2012/13".

A moldura penal irá sofrer um agravamento significativo ao nível da fraude fiscal e da burla tributária para dissuadir os cidadãos de praticar delitos desta natureza. Por outro lado, o prazo de caducidade das dívidas fiscais deverá ser alargado.

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais disse ainda que irá reforçar também os mecanismos de controlo, de tal forma que 30% dos efectivos totais da administração tributária deverão estar dedicados a este mecanismo.

Actualmente, a provarem-se casos de não tributação de montantes calculados não como abono mas como rendimentos, a administração fiscal pode recalcular o IRS acrescido de juros, explica o advogado Nuno Oliveira Garcia. Além das pessoas singulares, também as empresas podem ser penalizadas. Se entender que existe um esquema montado para fugir ao fisco, pode configurar contra-ordenação ou crime, e as punições a aplicar podem ser mais altas que o pagamento de uma multa.